

FERNANDO O. M. O'DONNELL

APPARÍCIO MARIENSE DA SILVA

SÚMULA BIOGRÁFICA E HISTÓRICA



FERNANDO O. M. O'DONNELL

**APPARÍCIO MARIENSE
DA SILVA**

SÚMULA BIOGRÁFICA E HISTÓRICA

3ª Edição

FERNANDO O. M. O'DONNELL

APPARÍCIO MARIENSE DA SILVA

SÚMULA BIOGRÁFICA E HISTÓRICA

3ª Edição

Capa: Prof. José Francisco Alves (Curador Permanente do Margs)

Tiragem: 5.000

Impressão: Kunde Industrias Gráficas Ltda

- APRESENTAÇÃO -

Esta é a terceira edição da síntese sobre a trajetória política e a vida do Coronel APPARÍCIO MARIENSE DA SILVA.

Revista e aumentada, enriquece e atualiza as edições anteriores com a finalidade de auxiliar pesquisadores em geral e, em especial, estudantes e jovens a se iniciarem no conhecimento de aspectos fundamentais da gloriosa inserção de São Borja no cenário nacional.

Trata-se, assim, de uma abordagem para situar o ambiente e os fatos que tanto projetaram este importante partícipe nos grandes acontecimentos da transição institucional e na consolidação da República.

Pelo seu caráter comemorativo, procura, ainda, refletir a nossa grandeza política, ungida com patriotismo e coragem cívica – fatos positivos que o Legislativo são-borjense tem sabido valorizar nas dimensões da cultura e da memória para lastrear a evolução consciente de um povo predestinado.

Feita nos mesmos moldes das edições anteriores, divide-se ela em três partes – Cronologia básica, Síntese biográfica e Glossário –, e

serve, igualmente, para lembrar a primeira delas, distribuída em 1988 pela Comissão do Centenário da Moção Plebiscitária, cujo presidente foi o saudoso Dr. Antônio Pedro de Mello.

Seu texto observa o disposto no Decreto nº 6.583/2008 (art. 2º, Parágrafo único), no tocante ao período de transição e coexistência entre as normas, anteriores e novas, ditadas pelo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado em 16 de dezembro de 1990.

Deve-se esta iniciativa, meritória por todos os motivos, à operosidade do Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara de Vereadores de São Borja, gestão 2012, Vereador Gilberto de Oliveira Souza, e dos demais membros da Mesa Diretiva, Excelentíssimos Senhores Vereadores Eugenio Dutra Otero (vice-presidente), Roque Feltrin (secretário), Carmelito Lunardine do Amaral, André Dubal Silva, Antonio Carlos Rocha Almeida, Jeovane Weber Contreira, João Carlos Reolon, Valério Martins Cassafuz, Celso Andrade Lopes.

Fernando O. M. O'Donnell

- CRONOLOGIA BÁSICA -

1856 – Nascimento em São Borja
1865 – Invasão Paraguaia
1870 – Colégio Gomes (Porto Alegre)
1874 – Ingresso na Propaganda Republicana
1875 – Casamento
1876 – Ingresso na Maçonaria
1881 – Fundação do Clube Republicano (Vice-presidente)
1882 – Eleito Vereador. Publicação da peça teatral “O filho de uma escrava”. Campanha Abolicionista
1882/87 – Participação nos 5 Congressos Republicanos ocorridos no Rio Grande do Sul
1886 – Reeleito Vereador
1887 – Apresentação da Moção Plebiscitária na Câmara de Vereadores de São Borja
1888 – Aprovação e divulgação da Moção Plebiscitária. Processo
1889 – Proclamação da República. Chefe do Partido em São Borja
1890 – Coronel Comandante Superior da Guarda Nacional. Comandante da Guarnição e Fronteira
1891 – Eleito Deputado Estadual Constituinte
1892 – Lavra a “Ata de Monte Caseros” (Rep. Argentina).

Comandante Geral da Cavalaria da Brigada Volante. Comandante da Guarnição de São Borja
1893 – Revolução Federalista. Organização da Divisão do Norte. Comandante da Artilharia da Divisão do Norte. Batalha de Inhanduí. Defesa de São Borja
1894 – Coronel Deputado do Ajudante-General da Divisão do Oeste. Eleito Deputado Federal à Segunda Legislatura Republicana
1894/96 – Exercício do primeiro mandato de Deputado Federal no Rio de Janeiro
1897 – Reeleito Deputado Federal à Terceira Legislatura Republicana
1897/99 – Exercício do segundo mandato de Deputado Federal no Rio de Janeiro
1900/907 – Intendente Municipal de São Borja.
1907/1908 – Chefe da Oposição e do Partido Republicano Democrático. Renúncia em 21.10.1907
1907/910 – Retirada da vida pública. Ostracismo. Enfermidade.
1910 – Falecimento em 04 de maio de 1910.

- SÍNTESE BIOGRÁFICA -

O coronel APPARÍCIO MARIENSE DA SILVA, filho de Manuel Francisco da Silva Duduca e Francisca Alves da Silva, nasceu em São Borja a 30 de maio de 1856, na Estância do Retiro, onde passou os primeiros anos de sua infância junto aos pais e aos irmãos Álvaro e Ecilda.

Em 1865, com apenas nove anos, viu o solo pátrio agredido pela Invasão Paraguaia. Na marcha rumo a Uruguaiana, os atacantes saquearam o estabelecimento familiar de São Rafael. Pode-se dizer que nasceu daí o ardoroso patriotismo que seria sempre um dos nortes de sua futura atividade política.

Muito jovem ainda, obrigado a continuar os estudos em um centro maior, matriculou-se no Colégio Gomes, do professor Fernando Correia Gomes, em Porto Alegre. Ali conheceu muitos dos futuros líderes de sua geração, notadamente Júlio de Castilhos.

Tendo de abandonar as aulas por motivos de saúde, retornou a São Borja, trazendo consigo, porém, o fermento das idéias, ainda vagas, que haviam despertado no convívio escolar. Assim, aos dezoito anos, em 1874, aderiu à Propaganda Republicana (01), ligando-se definitivamente ao grupo reunido em torno de Francisco Gonçalves Miranda (02). Revelando-se orador de invulgares dotes, estreou com marcante sucesso na tribuna popular pregando a causa da República. Dois anos depois, iniciava-se na Maçonaria (03).

Aos dezenove anos, casou-se com Maria Luísa Dornelles, filha do casal Major Serafim e Dona Umbelina Dornelles. Passando a residir na cidade, construiu um belo palacete (04) de treze aposentos, no qual nasceram os seus doze filhos (05).

Homem abastado, grande e progressista fazendeiro, não se

dedicou somente aos afazeres particulares, o que, por si só, ter-lhe-iam assegurado um viver tranqüilo. Espírito irrequieto, autodidata de invejável cultura, dotado de raro talento e criatividade incomum, reafirmou, numa intensíssima atividade pública, todo o ideal da juventude, dedicando-se de corpo e alma ao Partido Republicano (06), à campanha pela Abolição da Escravatura (07) e à luta contra a Monarquia (08).

Em 1881, considerado como fundador do Clube 7 de Abril, organizado no Passo de São Borja por Francisco Miranda, foi indicado para vice-presidente do novel Clube Republicano São-borjense, o qual, nesse mesmo ano, fora formado para unificar a todos os defensores da causa no município.

Por essa mesma época, extraordinária campanha pela libertação dos escravos fez de São Borja uma das primeiras localidades a tornar efetiva em termos reais esta reivindi-

cação de fundo humanitário e civilizador. Os mais esclarecidos “senhores”, sem coloração partidária, aderiram em massa; quanto aos que recalcitravam, moveu-se-lhes fortíssima pressão – era preciso comprar a liberdade de homens e mulheres mantidos ainda em cativeiro.

Visando a angariar recursos para a benemérita cruzada de justiça que se desenhava longa e dispendiosa, Apparício Mariense escreveu e publicou às expensas do próprio bolso, em 1882, o drama teatral “O filho de uma escrava” (09).

Eleito vereador, em 1883, foi escolhido para vice-presidente da Câmara de São Borja. Seu trabalho em prol do desenvolvimento comunitário valeu-lhe a reeleição. Então, em outubro de 1887, apresentou a seus pares a Moção Plebiscitária (10) contra o III Reinado (11), após muito refletir e depurar a proposta junto à Maçonaria e a seus correligionários.

Aprovada pela Câmara em 13 de janeiro de 1888, a Moção Plebiscitária era assim redigida:

“Proponho que esta Câmara represente à Assembléia Legislativa Provincial sobre a indispensável necessidade de dirigir-se à Assembléia Geral para que, dado o fato lamentável do falecimento de S. M. o Imperador, se consulte a Nação, por meio de um plebiscito, se convém a sucessão no Trono brasileiro de uma senhora obcecada por uma educação jesuítica e casada com um príncipe estrangeiro, e, bem, assim, que a Assembléia Rio-grandense convite as outras Assembléias Provinciais a, no mesmo sentido, representarem ao Parlamento; e que esta Câmara peça às outras municipalidades da Província que façam seu este apelo à Assembléia Provincial. S.R. Sala das Sessões, 31 de outubro de 1887. O vereador Apparício Mariense.”

A proposta, considerada desde logo como o mais rude golpe de caráter institucional sofrido pela Coroa (12), questionava diretamente a legitimidade do Império (13), levantando, além da questão sucessória, temas como o da Soberania Nacional e o das liberdades cívicas. Logo um grande movimento de apoio ao Plebiscito espalhou-se por todo o País, refletindo-se na adesão de várias câmaras municipais de diversas unidades da Federação e em espetaculares comícios, mormente no Rio de Janeiro e em São Paulo, onde os animava a oratória candente de Lopes Trovão e Silva Jardim.

Em consequência, a autoridade imperial afastou os vereadores que apoiaram a Moção, contra os quais foram instaurados os respectivos inquéritos.

Em que pese o rol de ameaças e os atos concretos da mais dura arbitrariedade, Apparício Mariense e seus companheiros não se deixa-

ram intimidar; pelo contrário: redobramos esforços, arregimentaram o Partido e ampliaram o círculo de adesões. Redundou daí que a Moção reapareceu, com o mesmo teor ou com algumas pequenas alterações, em inúmeras outras Câmaras do Brasil, especialmente na Província de São Paulo.

Quanto aos processos a que responderam os inúmeros vereadores signatários do Plebiscito, o Tribunal de Relação provincial decidiu não só pela improcedência das acusações como, também, declarou lhes assistir o direito de votarem tais moções e que, por isso, não haviam violado a lei da forma como o fizeram.

Tal resultado ampliava a crise institucional e revelava, de forma aguda e convulsiva, a crescente debilidade do Império.

Finalmente, aumentando a onda antimonárquica com a divulgação explosiva do Plebiscito, ao qual se somavam outros focos de agrava-

mento como o das Questões Religiosa e Militar (14), a República amadureceu naturalmente como solução política e democrática que convinha ao País. E assim ocorreu a Proclamação (15) de 15 de novembro de 1889. Caíra, finalmente, um regime que não se sustentava mais em sua inércia burocrática e na figura de seu soberano que dormitava no Trono havia mais de cinquenta anos.

Começou então a salientar-se a figura de Apparício Mariense como ativo defensor do novo regime. Já no dia seguinte à Proclamação, noticiava “O Movimento”, em sua edição nº 7 de 27 de novembro de 1889, ter ele proposto à Câmara de Vereadores manifestar ao Governo Provisório a sua mais completa adesão e, bem assim, promover festejos populares em regozijo ao magno acontecimento. Quatro dias após, junto com Pinheiro Machado (16), já reunia forte contingente armado para sustentar a nova

ordem. Por tudo isso, o governo recém-empossado, reconhecendo-lhe o mérito e a capacidade para arregimentar a seus correligionários, nomeou-o, em 1890, coronel comandante superior da Guarda Nacional (17), com jurisdição na guarnição e Fronteira.

Sua ação não se limitou, todavia, à sustentação do novo regime por meio da força; ele se salientou, também, como pensador político ao refletir e propor soluções para os grandes temas da reorganização nacional. Assim, em inícios de 1890, dirigiu-se ao positivista Dr. Demétrio Ribeiro, Ministro da Agricultura, e à Comissão de elaboração da Constituição, solicitando que fosse consignada a separação entre a Igreja e o Estado. A indicação, encaminhada a Ruy Barbosa, que também se batia pela mesma idéia, acabou por ser incluída no artigo 72, § 3º, da nova Carta Política. Em razão disso, Demétrio Ribeiro dirigiu-se à Câmara de São

Borja, felicitando-a pelo pleito vitorioso.

Em 1891, Apparício Mariense elegeu-se deputado estadual constituinte (18).

Em 1892, periclitando as instituições, saiu à frente das tropas são-borjenses que, em conjunto com outras de vários pontos do Estado, acabaram por bater os adversários suspeitos de propósitos restauradores.

Apesar de vitorioso nesse desiderato — e ainda não restabelecida a ordem pública — foi perseguido por inimigos políticos ligados ao governo efêmero que emergira do caos da desordem civil, tendo de emigrar para Santo Tomé, na República Argentina. Desse país, lançou um manifesto prometendo voltar à luta. E, em Monte Caseros, lavrou a célebre Ata (19) na qual, juntamente com outros chefes exilados, jurou restaurar — velit nolit — a legalidade republicana, se necessário, com o sacrifício da

própria vida.

Em 1893, agravando-se sobre- modo a crise política, rebentou a Revolução Federalista (20). Imediatamente foram mobilizadas as hostes fiéis a Júlio de Castilhos, então no exercício da Presidência do Estado. Organizaram-se, assim, com o auxílio do Exército e da Brigada Militar, recém-criada, divisões, brigadas e corpos de patriotas civis sob o comando de chefes regionais. Em São Borja, ao lado do general Francisco Rodrigues de Lima (21), do tenente-coronel Manuel do Nascimento Vargas (22) e do senador Pinheiro Machado, líder máximo das Missões, Apparício Mariense formou o embrião da futura Divisão do Norte (23), cuja primeira junção operou-se no acampamento de Itaó. Coube-lhe comandar a Artilharia, arma para a qual contribuiu adquirindo três canhões La Hitte. Logo depois, seria designado Deputado do Ajudante-General (24) da Divisão do Oeste,

grande unidade da Fronteira comandada pelo general Hipólito Ribeiro.

Como guerreiro, Apparício Mariense notabilizou-se na batalha de Inhanduí (25), na defesa de São Borja, quatro vezes atacada, e nas operações divisionárias ao longo da costa do Uruguai e adjacências.

Em 1894, eleito deputado federal para a 2ª Legislatura (26), seguiu para o Rio de Janeiro, então capital da República. Lá, durante o mandato, destacou-se entre seus pares como polemista e orador de dotes incomuns. Membro da Comissão de Diplomacia e Tratados, marcou a sua passagem com excelente e profícuo labor legislativo. Reeleito em 1897, continuou com o mesmo vigor a tarefa iniciada na fase anterior, procurando, sobretudo, beneficiar São Borja e a região Fronteira-Missões com a abertura de estradas e a implantação de uma extensão ferroviária.

A sua prolongada ausência da

terra natal, por força do exercício dos dois mandatos federais, Apparício Mariense soube atenuar com a fundação do “13 de Janeiro”, jornal no qual procurou manter e fazer viva sua presença junto aos conterrâneos.

Por esse tempo, levou o seu sobrinho Getúlio Dornelles Vargas para os estudos em Ouro Preto, Minas Gerais.

Em 1900, foi eleito Intendente Municipal (27). São Borja era, então, um município à míngua de recursos, com um imenso território quase despovoado, servido por péssimas estradas, com um ensino deficiente e rarefeito, desprovido de um sistema administrativo capaz de lhe dar funcionalidade e carente de policiamento. A cidade não tinha plano urbano e muito menos meios regulares para disciplinar a vida comunitária, atender as demandas da saúde pública e da assistência social. Apparício Mariense enfrentou a tudo isso com tenacidade. Ao

longo de suas gestões, entre outras realizações, saldou a dívida de 50.000\$000 e conseguiu um saldo positivo de 18.000\$000; estruturou e deu organicidade aos serviços públicos, descentralizando a administração ao dividir o município em quatro distritos administrativos; armou e reequipou a Guarda Municipal; construiu ou recuperou as pontes de Santa Luzia, Piauí, Caá-Corá, Manuã, Urucutaí e Estiva; executou melhorias na estrada do Passo e nas vias públicas, nos cemitérios municipais, nas escolas públicas; reformou, entre 1904 e 1905, o prédio da Intendência no qual também funcionavam o Conselho Municipal e o Juízo Distrital da comarca; ampliou as instalações da cadeia pública; dotou com mais lâmpadas a iluminação das ruas; embelezou a Praça Assis Brasil no Passo; criou e decretou a adoção dos símbolos municipais (28) e deixou contratada a construção do matadouro.

A sua reeleição, em 1904, por ter-se dado sem oposição, consagrou-o com a mais legítima demonstração espontânea de reconhecimento popular, especialmente pelo exitoso processo de pacificação que promoveu para unir a família são-borjense, dividida, desde a Revolução Federalista, entre vencedores e vencidos.

Quase ao término desse segundo quadriênio, divergindo da indicação de Carlos Barbosa Gonçalves como candidato oficial do Partido Republicano Rio-grandense à presidência do Estado, Apparício Mariense foi o primeiro líder a lançar um manifesto contra o ungido pelo Presidente Borges de Medeiros. Passou, então, à oposição, tornando-se um dos principais fundadores do Partido Republicano Democrático (29), formado para sustentar a candidatura divergente do Dr. Fernando Abbott (30). Assumiu, então, a presidência desse novo grêmio político em São Borja.

Travado o pleito em 1907, seu candidato acabou derrotado pelo adversário lançado pelo poder central (31).

Cansado e doente, o grande lutador retirou-se da vida pública (32) para cuidar de sua saúde e refazer seu patrimônio deveras abalado ao longo dos embates políticos. Três anos depois, em 04 de maio de 1910, morreria na paz do dever cumprido para com a Pátria e seus cidadãos. Iria completar cinquenta e quatro anos de idade (33)

Deixava, assim, toda uma vida como exemplo. Propagandista, abolicionista, tribuno, jornalista, parlamentar, constituinte, intendente, administrador e guerreiro, também tivera forças para dedicar-se, desde jovem até seus dias derradeiros de ostracismo voluntário, à cultura que sempre tivera como um de seus nortes mais definidos, ao apreciar e praticar como diletante a escultura, a pintura, o teatro, a

poesia e o artesanato.

Homem de seu tempo, fez pelo bem de sua terra e de seu povo o grande ideal de uma ação tenaz, construtiva e variada, a qual nunca temeu barreiras.

Elevando o nome de São Borja,

verdadeiro Patriarca de sua grandeza cívica, legou às gerações a mística do mais puro idealismo fundador e encontrou no justo juízo da História e no reconhecimento de seus conterrâneos o prêmio que sempre mereceu e jamais buscou.

- GLOSSÁRIO -

(01) **PROPAGANDA REPUBLICANA** – Movimento de pregação política pela implantação da República e contra o governo imperial e a Monarquia. Tomou vulto no País, mormente a partir do Manifesto Republicano de 1870. A mais forte corrente do movimento no Rio Grande do Sul seguia a orientação de Júlio de Castilhos, discípulo do Positivismo, corrente científico-filosófica criada pelo pensador francês Augusto Comte (1798-1857).

(02) **FRANCISCO GONÇALVES MIRANDA** (Passo de São Borja, 02.04.1852 - Rio de Janeiro, 20.09.1948) – Republicano histórico e pioneiro da Propaganda em São Borja. Um dos vereadores signatários da Moção Plebiscitária. Jornalista, tribuno, escritor, advogado provisionado, vereador, deputado constituinte estadual de 1891, diplomata, administrador e funcionário público federal. Fundou o primeiro clube republicano de São Borja, um dos primeiros

do Estado – o “7 de Abril”, no bairro do Passo –, em 1881. Amigo íntimo e confidente de Apparício Mariense, exerceu, como este, o *cursus honorum* do *múnus público* republicano.

(03) **MAÇONARIA** – “Instituição essencialmente iniciática, filosófica e progressista, tendo por fins supremos a Liberdade, a Igualdade e a Fraternidade” (Definição dada pelo Dr. Sérgio Bastos Seitenfus, Venerável da Loja Maçônica Apparício Mariense da Silva, de São Borja). Apparício Mariense da Silva foi iniciado na Loja Vigilância e Fé com a idade de vinte anos, antes mesmo de ter alcançado sua maioridade, como exigido pela Maçonaria.

(04) **PALACETE** – Imponente e bela construção de estilo neoclássico, situado numa das esquinas da Praça XV de Novembro. Demolida para dar lugar ao edifício da Companhia Rio-grandense de Telecomunicações.

(05) **DOZE FILHOS** – Eurydice, Apparício, Idália, Ecilda, Pelágio, Brasília, Álvaro, Caio Graco, Leônidas, Maria Luíza, Marcílio e Luisinha.

(06) **PARTIDO REPUBLICANO** – Agremiação política originária dos “clubes”, “diretórios” e “centros” fundados no período da Propaganda. Embora houvesse um Partido Republicano Nacional, cada estado da federação tinha seu partido regional autônomo. No Rio Grande do Sul, denominava-se Partido Republicano Rio-grandense (PRR).

(07) **ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA** – Objetivo perseguido por todos os que condenavam a escravidão, a exploração irracional do homem pelo homem. Não era um movimento exclusivo deste ou daquele grupo. Os propagandistas da República, todos ardorosos abolicionistas, fizeram da causa pela Abolição um de seus pontos mais fortes, pois, além das razões humanitárias que a animavam, viam

nela um meio de enfraquecimento do Trono.

(08) **MONARQUIA** – Estado em que o soberano é um monarca. Governo em que o poder supremo é exercido por um monarca. Centraliza o poder numa só pessoa investida de prerrogativas especiais e colocada acima dos governados. O último monarca do Brasil foi Dom Pedro II. O monarca brasileiro, pelo artigo 99 da Constituição de 1824, era declarado pessoa inviolável, sagrada e não sujeito a responsabilidade alguma (sic).

(09) **“O FILHO DE UMA ESCRAVA”** – Drama em um prólogo e três atos, publicado pela “Typographia da Descentralização”, Cruz Alta, 1882. As rendas obtidas com sua encenação e venda da respectiva plaquette destinavam-se integralmente à compra da liberdade de escravos. Há recente estudo crítico, situação e resumo desta peça em “O teatro no Brasil sob Dom Pedro II - 2ª parte”, de Lothar Hessel e

Georges Readers (Ed. UFRGS, POA, 1986).

(10) MOÇÃO PLEBISCITÁRIA

– Moção é a “proposta apresentada a uma assembléia parlamentar, ou deliberativa, por um de seus membros, para que ela se manifeste sobre determinada questão, [...] ou a respeito de ato, de interesse comum, que exprime o seu pensamento, ou vontade [...]. A deliberação tomada a respeito” (cf. Pedro Nunes. Dic. de Tecnologia Jurídica, Freitas Bastos, RJ, 1961). Plebiscito é a “resolução submetida ao julgamento de um povo [...] que a aprova ou rejeita, em votação geral, por meio de cédulas que exprimem simplesmente 'sim' ou 'não'” (id. ib.) O plebiscito consolidou-se como conquista política do povo segundo o modelo romano, sedimentado por quase dois séculos pelas leis Hortencia, Publilia e Valeria Horatia que deram à plebe poder decisório. Apparício Mariense apresentou a Moção em 31 de outubro de 1887, na Câmara de Vereadores, que a aprovou por maioria, após longos debates, em 13 de janeiro de 1888.

(11) III REINADO – Período monárquico, frustrado pela Proclamação da República, o qual haveria de se estabelecer assim que falecesse, ou abdicasse, o imperador D. Pedro II, cujo reinado já durava mais de meio século.

(12/13) COROA, IMPÉRIO, TRONO

– Expressões mais correntes que se dá às instituições governamentais do estado brasileiro na fase anterior à República e posterior à Independência.

(14) QUESTÕES MILITAR E RELIGIOSA

– A primeira delas refletia a crise de autoridade entre a Monarquia e oficiais do Exército cuja consciência política vinha se aprimorando desde a Guerra do Paraguai; a segunda, punha em confronto grande parte do episcopado brasileiro e a Monarquia a partir da bula “Quanta cura” e da lista de oitenta erros do “Syllabus”, documentos pontifícios promulgados pelo Papa Pio XI, em 1864, os quais anatematizavam a Maçonaria, então com vários membros da família imperial entre seus quadros.

(15) PROCLAMAÇÃO – Em 15 de novembro de 1889, o Marechal Manuel Deodoro da Fonseca, à frente de uma tropa, depôs o governo e provocou a abdicação do Imperador. O ato causou, em definitivo, a queda da Monarquia e a instauração da República.

(16) PINHEIRO MACHADO

– José Gomes Pinheiro Machado (08.05.1851 - 08.09.1915). Senador e chefe político máximo das Missões. Sustentáculo da ordem republicana. Teve destacada participação na Revolução Federalista à frente da Divisão do Norte. Amigo pessoal e compadre de Apparício Mariense. Morreu apunhalado no Rio de Janeiro.

(17) GUARDA NACIONAL

– Milícia de natureza paramilitar. Era composta por cidadãos com renda acima de 100 mil réis anuais, armados para a defesa da ordem constituída e do território nacional. Considerada tropa de reserva ou de segunda linha, organizada permanentemente e pronta a ser mobilizada. Muitos países a

utilizaram em variadas situações. No Brasil, foi criada em 1831 e extinta em 1922. O posto de Coronel Comandante Superior, exercido em São Borja e Fronteira por Apparício Mariense, correspondia, em uma região ou município, ao comando supremo da área com todas as distinções e responsabilidades inerentes ao encargo. A graduação atribuída a condição de primus inter pares a seu titular, visto serem muitos os cidadãos com postos idênticos.

(18) DEPUTADO ESTADUAL CONSTITUINTE

– No caso, deputado eleito exclusivamente para fazer parte da Assembléia Estadual Constituinte, instalada em 1891, com a finalidade de elaborar a Constituição do Estado. Votada e aprovada em 14 de julho de 1891, teve por base o projeto de Júlio de Castilhos. De São Borja, além de Apparício Mariense, foram também deputados constituintes Francisco Gonçalves Miranda e Álvaro Baptista.

(19) **ATA DE MONTE CASEROS** – Lavrada por Apparício Mariense, em Monte Caseros, República Argentina, em 13 de março de 1892. Assinada por quinze dos mais destacados chefes republicanos rio-grandenses no exílio, consignava o juramento de restaurar a legalidade, se preciso com o sacrifício da própria vida dos signatários. A partir deste ato solene, começou a se estruturar militarmente o grupo castilhista para a revolução de 1893.

(20) **REVOLUÇÃO FEDERALISTA** – Guerra civil na qual se enfrentaram pica-paus e maragatos. Durou trinta e três meses (fevereiro de 1893 a setembro de 1895) e custou ao Rio Grande a perda de mais de dez mil combatentes. Desenvolveu-se em várias frentes e abrangeu os três estados do Extremo-Sul. Os republicanos castilhistas saíram vencedores.

(21) **FRANCISCO RODRIGUES LIMA (1832 - 1914)** – Brigadeiro honorário, posto concedido pelo

Exército em razão de seu desempenho na Guerra do Paraguai. Foi incorporado à ativa por razões especiais. Por ocasião da Revolução Federalista, o mais antigo oficial-general republicano de São Borja. Foi-lhe entregue o comando da Divisão do Norte, condição na qual fez toda a revolução. Foi, ainda, deputado estadual na legislatura de 1901/1904.

(22) **MANUEL DONASCIMENTO VARGAS (25.11.1844 - 21.10.1943)** – Veterano da Guerra do Paraguai. Tenente-coronel no início da Revolução Federalista, comandou a 4ª Brigada da Divisão do Norte até o fim das hostilidades. Não era republicano histórico. Pertencera ao Partido Liberal do Império. Cunhado e compadre de Apparício Mariense. Pai do presidente Getúlio Vargas. Varão respeitabilíssimo. Atingiu o posto de general honorário do Exército.

(23) **DIVISÃO DO NORTE** – Uma das cinco divisões formadas para defender o governo e a

República, em 1893. A mais aguerrida e importante delas. Chegou a contar 5.000 homens. Foi a força que participou do maior número de confrontos e a que mais vitórias conquistou ao longo da Revolução Federalista. Perseguiu tenazmente o principal chefe federalista, general Gumercindo Saraiva, morto em Carovi. Formada por Apparício Mariense, Salvador Pinheiro Machado e Manuel Vargas em São Borja, reuniu-se primeiramente em Itaó, município de Itaqui. Fez praticamente toda a campanha, indo até a linha Paranaguá-Curitiba-Ponta Grossa e, sempre combatendo, retornou a São Borja, onde entrou triunfalmente em 07 de outubro de 1894.

(24) **DEPUTADO DO AJUDANTE-GENERAL** – O ajudante-general era o comandante-em-chefe de toda uma tropa, no sentido operacional, assim como o era, no sentido logístico, o quartel-mestre general. Nas grandes unidades republicanas da Revolução Federalista, o deputado

do ajudante-general era uma espécie de secretário-geral, assistente superior do comando-geral e desempenhava funções semelhantes às de comissário político. Somente destacados políticos de confiança do Partido Republicano e de Júlio de Castilhos ocupavam esta posição.

(25) **BATALHA DE INHANDUÍ** – Grande choque campal ferido no início da Revolução Federalista, em 03 de maio de 1893, no município de Alegrete. Atuaram, do lado republicano, Rodrigues Lima, Pinheiro Machado, Manuel Vargas, Apparício Mariense e outros; do lado rebelde, Joca Tavares, Gumercindo Saraiva, Luís Alves de Oliveira Salgado e outros. O confronto durou o dia inteiro. Os rebeldes retiraram-se derrotados. São Borja perdeu nesta refrega dois ilustres filhos: o humanitário médico Dr. José Ferreira de Moraes e o tenente-coronel Acúrsio de Sá.

(26) **2ª LEGISLATURA** – Na República Velha, como é chamada a primeira fase da República que

vai da Proclamação até 1930, cada legislatura federal durava três anos. A 2ª Legislatura Federal foi de 1894 a 1896; a 3ª Legislatura, de 1897 a 1899. O Congresso Nacional, constituído pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, reunia-se no Rio de Janeiro, então capital do País.

(2 7) I N T E N D E N T E MUNICIPAL – Equivalente ao atual cargo de Prefeito Municipal. Os intendentes e os conselheiros municipais, como se denominavam os vereadores na República Velha, eram eleitos por quatro anos mediante sufrágio universal e direto. A Constituição do Estado de 1891 estabeleceu, em princípio, que cada município rio-grandense, exceto a capital, teria sete conselheiros.

(28) SÍMBOLOS MUNICIPAIS – Pelo Decreto s/n, de 24 de outubro de 1906, ficaram criadas como “insígnias oficiais do Município de São Borja” uma bandeira tricolor encimada por uma estrela branca e um “escudo”

na forma de esfera em cor azul encimada por um barrete frígio e atravessada com a legenda “Ontem, hoje e sempre”. O conjunto possuía ainda outros elementos como a constelação do Cruzeiro do Sul, uma estrela e ramos de oliveira. O uso das insígnias perdurou por algum tempo. A bandeira foi hasteada pela última vez em 1910, por ocasião do falecimento de seu criador. O “escudo”, fundido em cimento e mandado colocar sobre a entrada da velha Intendência, permaneceu ali até a demolição do prédio. O Decreto em questão não fazia a descrição das insígnias nem lhes designava o significado, como requer a Heráldica. Em 1962, obedecendo legislação específica, foi criado o atual brasão de São Borja. O lema “Ontem, hoje e sempre”, talvez uma simples adaptação da frase de São Paulo “Heri, et hodie: ipse et in sæcula” (Hebr. 13-8), não se trata de uma contradição cometida por um agnóstico, mas de uma alusão à inabalável fé na consolidação e manutenção da República e na fiel e

permanente observância dos ideais republicanos que nortearam a conduta do Cel. Apparício.

(29) PARTIDO REPUBLICANO DEMOCRÁTICO – Ou, simplesmente, Partido Democrático. Sigla PRD. Criado em 1908 em consequência do fracasso eleitoral da oposição à candidatura oficial de Carlos Barbosa Gonçalves para suceder Borges de Medeiros. Teve em Apparício Mariense um de seus principais articuladores e o primeiro deles a lançar um manifesto divergindo da orientação situacionista, ainda em 1907.

(30) FERNANDO ABBOTT – Médico de São Gabriel. Prestigioso republicano histórico. Governou o Estado interinamente em 1892. Participou intensamente da vida política rio-grandense. Derrotado em 1907 pelo Dr. Carlos Barbosa, candidato da situação.

(31) PLEITO DE 1907 – O eleitorado são-borjense constituía 10% da população, então beirando 20.000 habitantes. Dois anos antes

do pleito de 1907, nas eleições de 1905 para a então chamada “Assembléia dos Representantes” estadual, os republicanos obtiveram 592 sufrágios contra 278 dos federalistas e 217 abstenções. A eleição do Presidente do Estado dava-se sessenta dias antes de terminar o período imediatamente anterior, como determinava a Constituição estadual de 1891 (art. 18, caput). A posse de Carlos Barbosa deu-se em 28 de janeiro de 1908. Em São Borja, a vitória do situacionismo vinculado ao governo do Estado foi comemorada com atos vandálicos que culminaram, em 17 de dezembro de 1907, com o empastelamento do “13 de Janeiro”, jornal do Partido Republicano Democrático.

(32) RETIROU-SE DA VIDA PÚBLICA – Apparício Mariense renunciou ao mandato de Intendente em 21 de outubro de 1907, deixando em seu lugar, como intendente em exercício, Pedro Ferreira Nunes, subintendente do 1º Distrito. Por um breve

período, o secretário da Intendência e do Conselho, Otávio Missioneiro Miranda, também exerceu essas funções. Manuel do Nascimento Vargas, assumiu a Intendência em 11 de novembro de 1907 pela via eleitoral.

(33) APPARÍCIO MARIENSE

DA SILVA – Faleceu às 13h. O saimento deu-se às 10h e 30min do dia seguinte, 05 de maio. Seu féretro, envolvido por marchas fúnebres executadas pela Banda União, foi conduzido à mão pela maior massa popular até então vista em São Borja.



**CÂMARA MUNICIPAL
DE VEREADORES**



Rua Olinto Arami Silva, 1043 - São Borja/RS - Brasil
Fone: (55) 3431-4150 | e-mail camarasaoborja@gmail.com

www.camarasaoborja.com.br